

# CASA GRANADO LABORATÓRIOS FARMÁCIAS E DROGARIAS S/A

CNPJ/MF nº 33.109.356/0001-17

## RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Srs. Acionistas: Cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V.sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/18 e 2017 (EM REAIS MIL)

	2018	2017
<b>Ativo</b>	<b>348.146</b>	<b>325.074</b>
<b>Circulante</b>	<b>45.812</b>	<b>37.538</b>
Disponibilidade	517	291
Clientes	2.208	1.053
Estoques	30.638	24.239
Impostos a Recuperar	7.504	10.170
Despesa antecipada	1.305	779
Adiant. fornecedores	1.966	542
Outros	1.674	462
<b>Não Circulante</b>	<b>9.349</b>	<b>9.026</b>
Depósitos Judiciais	1.314	1.343
Impostos a Recuperar	5.128	7.309
Tributos diferidos	2.907	374
Propriedade para Investimentos	132	132
Investimento	6.389	3.329
Imobilizado	269.685	199.216
Obras em andamento	6.764	65.966
Intangível	10.015	9.867
	<b>292.985</b>	<b>278.510</b>
<b>Passivo</b>	<b>348.146</b>	<b>325.074</b>
<b>Circulante</b>	<b>38.431</b>	<b>28.029</b>
Empréstimos e financiamentos	5.009	4.498
Fornecedores	16.353	13.247
Obrigações trabalhistas	12.906	5.872
Obrigações tributárias	3.963	4.219
Outros	200	192
<b>Não Circulante</b>	<b>58.105</b>	<b>83.666</b>
<b>Exigível a LP</b>		
Empréstimos e financiamentos	12.833	15.595
Provisão de Contingências	1.547	1.058
IRPJ/CSLL Diferidos	4.404	4.415
Tributos parcelados	24.399	29.643
Obrigações tributárias diferidas	6.917	6.792
Outros	8.007	26.162
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>251.610</b>	<b>213.379</b>
Capital Social	164.098	163.598
Capital Social a Integralizar	103.000	68.500
Reservas de Capital	81	81
Ajuste de avaliação patrimonial	12.630	12.630
Reservas de Lucro	-34.431	-36.484
Lucro (Prejuízo) Exercício	6.231	5.053

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/18

**Contexto Operacional.** Fundada em 1870, a Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. é uma S.A. de capital fechado, com sede à Rua Barão de Tefé, nº 34 – Saúde, Rio de Janeiro, RJ. No final/12/2014, foi inaugurada a nova fábrica, localizada em Japeri, Rio de Janeiro. O processo de expansão continuou em 2015, 2016, 2017 e 2018, neste período ocorreram investimentos expressivos em construção e na aquisição de equipamentos. Em novembro de 2017, a Granado abriu a primeira loja própria na França e iniciou as vendas online na Europa. Em dezembro de 2018 a Granado abriu mais uma loja na França. Base De Preparação E Apresentação Das Demonstrações Financeiras. Resumo das Principais Políticas Contábeis

**Caixa e equivalente de caixa** – Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. **Contas a Receber** – As contas de clientes estão apresentadas pelo valor de realização. A provisão para risco de crédito é efetuada em montante suficiente para a cobertura de perdas prováveis na realização de créditos a receber, considerando os riscos envolvidos. A empresa adota como critério constituir a provisão para os valores pendentes de recebimento superior a 180 dias. **Estoques** – Os estoques de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas e material de embalagem estão demonstrados deduzido de provisão para ajusta-las aos prováveis valores de realização, quando aplicável. **Ativos Arrendados** – O valor inicialmente reconhecido como ativo é o menor entre o a valor justo da propriedade arrendada e o valor presente dos pagamentos mínimos do leasing ao LP do arrendamento. O compromisso de leasing correspondente é apresentado como passivo. **Ativo Imobilizado** – É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso. Na adoção inicial dos CPCs a empresa optou por avaliar o custo atribuído e a revisão das vidas úteis de terrenos e prédios de sua propriedade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto no pronunciamento técnico ICPC 10. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas por redução de valor recuperável (impairment). O efeito da adoção deste pronunciamento aumentou o saldo do ativo imobilizado em R\$13.675 na data de transição. **Intangível** – Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes. **Empréstimos e Financiamentos** – São inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização. **Outros ativos e passivos** – Um passivo é reconhecido no balanço quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um

socialis encerrados em 31/12/18 Ficamos à disposição de V.sas, para os esclarecimentos que se fizerem necessários – RJ, 31/12/18. Christopher John Ogle Freeman – Diretor Presidente – CPF – 853.543.768-15.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO (EM REAIS MIL)

	2018	2017
(+) Faturamento	287.369	249.679
(+) Serviços	-	-
(-) IPI	(12.427)	(11.164)
(=) Receita Bruta de Vendas	274.942	238.515
(-) Outros Impostos incidentes s/Vendas	(24.406)	(21.250)
(-) Outras deduções	(9.634)	(4.272)
(=) Receita Líquida das Vendas	<b>240.901</b>	<b>212.993</b>
(-) Custos das Vendas	(198.949)	(178.844)
(=) Lucro Bruto das Vendas	<b>41.952</b>	<b>34.148</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		
(-) Despesas Adm. e Comerciais	(30.888)	(22.774)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(6.418)	(8.884)
(+) Outras Receitas	3.257	3.325
(=) Lucro Operacional	<b>7.903</b>	<b>5.815</b>
(=) Lucro antes do IR e da Contrib. Social	7.903	5.815
(-) IR e Contr. Social - correntes	(4.216)	(981)
(-) IR e Contr. Social - diferido	2.544	219
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	<b>6.231</b>	<b>5.053</b>
Lucro (Prejuízo) por acao do Capital	0,04	0,03

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM REAIS MIL)

	Capital social	Re-serva legal	Reserva de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/16</b>	<b>163.098</b>	<b>81</b>	-	<b>12.630</b>	<b>(33.484)</b>	<b>142.326</b>
Aumento de capital	500					500
Reserva de Capital			68.500			68.500
JSCP a Pagar					(3.000)	(3.000)
Lucro líquido do exercício					5.053	5.053
<b>Saldos em 31/12/17</b>	<b>163.598</b>	<b>81</b>	<b>68.500</b>	<b>12.630</b>	<b>(31.431)</b>	<b>213.379</b>
Aumento de capital	500					500
Reserva de Capital			34.500			34.500
JSCP a Pagar					(3.000)	(3.000)
Lucro líquido do exercício					6.231	6.231
<b>Saldos em 31/12/18</b>	<b>164.098</b>	<b>81</b>	<b>103.000</b>	<b>12.630</b>	<b>(28.200)</b>	<b>251.610</b>

evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquida-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Granado e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Tributos** – A tributação sobre o lucro compreende o IR (IRPJ) e A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL). O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240. No período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos diferidos. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas** – São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. **Subvenções Governamentais** – São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições foram satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido com receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujos benefícios objetivam compensar. **Reconhecimento de Receitas** – A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados. A receita é reconhecida apenas quando da efetiva venda de produtos, são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor bruto, incluem os impostos incidentes sobre a mesma, os quais são apresentados como dedução de receitas. **Reconhecimento de Despesas** – As despesas são reconhecidas pelo Regime de competência. **Instrumentos financeiros** – Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Casa Granado se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos. **Demonstração de fluxo de caixa** – As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronun-

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM REAIS MIL)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.231	5.053
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	10.627	11.850
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	-	(2)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Aumento tributos diferidos	(2.533)	(91)
	<b>14.325</b>	<b>16.810</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Aumento (diminuição) no contas a receber	(1.155)	(78)
Aumento dos estoques	(6.399)	(2.120)
Aumento em impostos a recuperar	4.847	12.297
Aumento em depósitos judiciais	29	(153)
Diminuição (aumento) em outros ativos	(3.159)	2.543
Aumento em fornecedores	3.106	(6.116)
JSCP a pagar	(3.000)	(3.000)
Aumento em obrigações trabalhistas	7.033	2.176
Aumento em obrigações tributárias	(255)	729
Pagamento de juros sobre empréstimos	(777)	(1.897)
Aumento em provisão para contingências	488	476
Aumento (diminuição) em outros passivos	(18.159)	19
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<b>(3.076)</b>	<b>21.686</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(23.217)	(53.872)
Baixa de imobilizado	(1.738)	3.923
Aporte de capital	35.000	69.000
Adição de intangível	(148)	(835)
Baixa de intangível	-	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	<b>9.897</b>	<b>18.216</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	2.717	2.779
Pagamento de principal sobre empréstimos	(4.192)	(16.527)
Aumento dos parcelamentos de tributos	(5.120)	(9.263)
Transações com partes relacionadas	-	(16.885)
Distribuição de lucros	-	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	<b>(6.595)</b>	<b>(39.896)</b>
Aumento (diminuição) líquido do caixa e caixa equivalentes	<b>226</b>	<b>6</b>
Caixa e equivalentes no final do exercício	517	291
Caixa e equivalente no início do exercício	291	285
Aumento (diminuição) líquido do caixa e caixa equivalentes	<b>226</b>	<b>6</b>

ciamento Técnico CPC (R2)- Demonstração dos Fluxos de Caixa. Novos Pronunciamentos ou aplicados pela primeira vez em 2018 – A administração revisa periodicamente os pronunciamentos contábeis emitidos e que foram aplicados pela primeira vez no exercício corrente, bem como os pronunciamentos contábeis revistos e/ou em revisão cuja aplicação será exigida em exercícios futuros. **O CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros** - Na avaliação realizada para a Cia., a norma não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. **CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes** – Na avaliação realizada para a Cia., a norma não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras. **CPC 06 (R2) - IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil** – A norma entra em vigor a partir de 1º/01/2019. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamento de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A Cia. avaliou seus contratos de arrendamento com relação à norma e concluiu que a mudança de prática contábil altera os critérios com os quais as demonstrações contábeis vêm sendo elaboradas. O Grupo optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data de adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. Para fins de adoção, a Cia. optou por utilizar o critério de transição de acordo o simplificado que consiste em calcular os impactos na data da transição sem retroagir os cálculos até a data de início dos contratos em vigor. Desta forma, não serão apresentadas demonstrações financeiras comparativas. O passivo de arrendamento foi descontado a valor presente mediante taxa de 12,69% a.a. Os arrendamentos são sobre os contratos de alugueis dos escritórios administrativos.

**Christopher John Ogle Freeman**  
Diretor Presidente - CPF - 853.543.768-15  
**Antonia Sonia Mineiro Lopes**  
Contadora - CRC/RJ 75200/01-CPF 788.154.797-91